

A KISA beneficia produtos da CADAM que são comercializados no mercado Europeu pela COL. A COL atua na comercialização dos produtos da CADAM para os clientes finais.

A KIBV e a KIOY atuam exclusivamente na promoção comercial dos produtos da CADAM junto aos clientes no exterior.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 09 de setembro de 2016.

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas e estão apresentadas conforme práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis estão sendo divulgadas na Nota Explicativa nº 4.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais (controladora) e consolidadas estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição ao contrário:

(a) Demonstrações contábeis consolidadas

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com o IFRS e Pronunciamentos Técnicos – CPC requerem o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas do grupo;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados decorrentes de negócio entre as Empresas do Grupo.

(b) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funciona"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em R\$ que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. As subsidiárias da Companhia também possuem moeda funcional R\$. Por serem consideradas extensões das atividades da Companhia no exterior.

(c) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remunerados.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Outras despesas/receitas operacionais, líquidas".

(d) Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com o risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração no balanço patrimonial como "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante.

(e) Instrumentos financeiros – empréstimos e recebíveis

A Companhia classifica seus ativos financeiros como empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Incluem-se nesta categoria os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem o caixa e equivalentes de caixa, as contas a receber de clientes terceiros e partes relacionadas, depósitos judiciais, outros ativos, e empréstimos e financiamentos com terceiros e partes relacionadas.

(f) Contas a receber de clientes terceiros e partes relacionadas

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços e ou vendas de produtos no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (impairment).

(g) Estoques

Os estoques apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projetos, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

(h) Redução do valor recuperável de ativos financeiros – impairment

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

- (I) (Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (II) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora de pagamento dos juros ou principal;

(III) A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;

(IV) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;

(V) O desaparelhamento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;

(VI) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

- Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
- Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de impairment.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa de juros efetiva determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por impairment reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(i) Imposto de Renda e Contribuição diferido

O encargo de Imposto de Renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de Imposto de Renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são calculadas sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as base de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis.

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos-futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Os tributos diferidos passivos são integralmente reconhecidos.

(j) Investimentos

Os investimentos em controladas são registrados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como despesa ou receita operacional.

Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas controladas são eliminados na medida da participação da Companhia, perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (impairment) do ativo transferido.

(k) Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

Os bens depreciados pelo método linear, com base na vida útil estimada, a partir da data em que os ativos encontram-se disponíveis para serem utilizados no uso pretendido, exceto por terrenos que não são depreciados.

A exaustão das minas e jazidas é apurada com base na relação obtida entre a produção efetiva e o montante total das reservas minerais provadas e prováveis.

(l) Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo, menos os custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório.

(m) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

(n) Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após a data do balanço.

(o) Provisões

A provisão para fechamento de mina e desmobilização de ativos realizada pela Companhia refere-se, basicamente ao custo de fechamento de mina. As provisões para recuperação ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: **(I)** o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (**constructive obligation**) como resultado de eventos já ocorridos; **(II)** é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e **(III)** o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.